



Wellington Ramos Gomes Junior
Neilton da Silva

POLÍTICAS EDUCATIVAS E
DIREITOS DE CIDADANIA

Programa Saúde na Escola

VOLUME 4

Wellington Ramos Gomes Junior
Neilton da Silva

Programa Saúde na Escola



POLI-QUEFORP

Wellington Ramos Gomes Junior

Neilton da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária Ivete Castro – CRB-5/1073)

G633p Gomes Junior, Wellington Ramos.

Políticas educativas e direitos de cidadania: programa saúde na escola. /
Wellington Ramos Gomes Junior, Neilton da Silva. Cruz das Almas, BA: Mestrado
Profissional em Gestão Pública e Segurança Social (PPGPSS-UFRB), 2021.
26p.; il. (fascículo, v. 4).

Livro Digital

Formato: PDF

Modo de Acesso: <<https://www.shortest.link/1rSy>>

ISBN: 978-65-00-31339-0 (e-book)

1. Educação. 2. Saúde. 3. Cidadania. I. Silva, Neilton da. II. Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, CCAAB. III. Pesquisa Políticas de Qualidade do
Ensino e Formação Profissional - POLI-QUEFORP. IV. Título.

CDD: 379

*Não tenho outra saída
Mas o ideal é que a escola me prepare pra vida
Discutindo e ensinando os problemas atuais
E não me dando as mesmas aulas que eles
deram pros meus pais*

Gabriel O Pensador

Dedicatória

Fascículo destinado a profissionais da Educação Básica e da Atenção Primária à Saúde, aos seus gestores, bem como aos usuários das redes públicas de Saúde e Educação, para que possam conhecer e/ou ampliar seus conhecimentos acerca do Programa Saúde na Escola (PSE).

Sumário

Prefácio	6
Apresentação	7
1 Entendendo o contexto	8
2 Intersetorialidade	11
3 O que é o PSE?	12
4 Linha do Tempo: Marcos Legais	14
5 Objetivos e Diretrizes do PSE	17
6 Eixos Temáticos do PSE	18
7 Algumas Experiências de Municípios Baianos	23
Últimas palavras	24
Referências	25
Sobre os autores	26

Prefácio

Sinto-me lisonjeada em prefaciar este fascículo, resultado de uma atividade do componente curricular Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), de autoria do discente Wellington Ramos Gomes Júnior e Neilton da Silva.

Trata-se de uma imersão numa temática pouco explorada, porém, de grandiosa relevância aos mais diversos atores na busca da promoção da saúde por meio do processo educativo. Os autores nos fazem refletir o real conceito da saúde, que não é apenas não possuir doença, mas, um processo que remete à prática integrada e intersetorial apresentada pelo Programa Saúde Escola (PSE), que visa a articular as unidades de saúde às unidades escolares. Com base na universalização de direitos fundamentais o PSE oportuniza no ambiente escola a promoção da saúde, fundamentado no bem-estar físico, mental e sócio-cultural.

Atendendo a essa proposta, os autores, de forma leve, nos apresentam com maestria esse programa, que teve início em 2007 e vem se expandindo em todo âmbito nacional. O leitor poderá acompanhar a linha do tempo da base legal do PSE, bem como, os eixos temáticos que são apresentandos de forma clara, além das diversas formas de promover a saúde na escola. Também, mostram as experiências de alguns municípios baianos que aderiram ao programa, como ele está acontecendo e seus desafios. E com sua expertise os autores trazem recomendações importantes para o sucesso do PSE.

Parabenizo aqui os autores, Welligton e Neilton que trouxeram nesse produto a que a produção de conhecimento e o viver saudável, caminham lado a lado devendo ser assegurado à todos, aqui em particular no espaço escolar e seus diferentes atores.

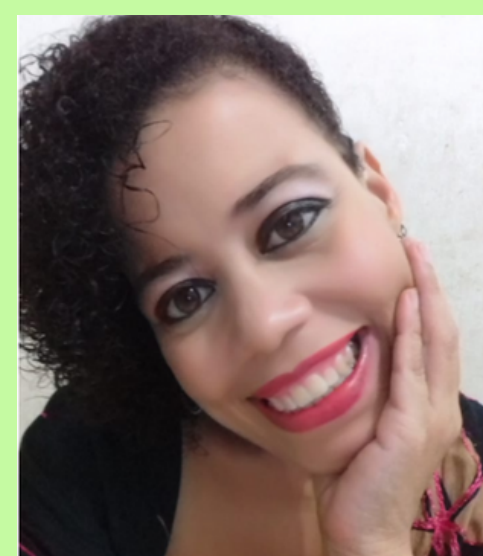
Jamile Santana Sousa

Bacharel em Engenharia Agrônômica (UFBA)

Bacharel em Administração de Empresas (UNOPAR)

Especialista em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Sustentáveis (UFBA)

Mestranda em Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB)



Apresentação

A promoção de ações sistematizadas que articulam a educação e a saúde são essenciais ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes com matrículas ativas em escolas públicas, devendo ser vistas como direitos fundamentais e de cidadania a que todos os brasileiros nascidos vivos fazem jus. Ao encontro do que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 1946, para quem a saúde é definida como um estado de completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, a educação enquanto prática social sem fronteiras tem um papel significativo a cumprir, já que busca aproximar os sujeitos em idade escolar, por meio de práticas integradas e da intersectorialidade, fazendo-os compreenderem e vivenciarem um conceito ampliado de saúde, tanto numa perspectiva individual, quanto coletiva.

Pensando nisso, o Grupo de Pesquisa Políticas de Qualidade do Ensino e Formação Profissional (POLI-QUEFORP), em articulação com alguns estudantes mestrandos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), matriculados no componente curricular Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais, idealizaram um conjunto de fascículos sobre Políticas Educativas e Direitos de Cidadania, composto por 07 (sete) volumes, todos centrados em políticas públicas vinculadas ao campo da Educação e suas adjacências.

Pelo exposto, temos o prazer em apresentar o **Volume 4**, cujo título é **Programa Saúde na Escola**, de autoria de Wellington Ramos Gomes Junior e Neilton da Silva, cujo objetivo é conferir informações sobre esse programa, que é conhecido pela sigla PSE, levando em conta sua história, definição, marcos legais, objetivos, diretrizes, eixos temáticos, algumas experiências exitosas no contexto da Bahia, assim como refletir sobre certos desafios, que ainda carecem de superação visando a conquista de mais qualidade.

Entre tantas possibilidades, o destaque do PSE está na abordagem de temas e das ações que entrelaçam saúde e educação no sentido de que orientam os escolares e os instigam a compreenderem o papel da saúde na vida dos cidadãos, para que construam autonomia, se reconheçam como sujeitos de direitos e percebam a importância da educação para a promoção da saúde com qualidade referenciada. Sendo assim, por meio desse fascículo, desejamos que o nosso público leitor não apenas conheça o PSE, mas que defendam a educação, a saúde e o Serviço Único de Saúde (SUS), em todos os níveis da atenção que dedica aos usuários.

1 Entendendo o Contexto

A relação entre os setores de **Educação** e de **Saúde** possui muitas afinidades no campo das políticas públicas por serem baseados na **universalização de direitos fundamentais** e com isso favorecem maior proximidade com os cidadãos nos diferentes cantos do país. No caso do Brasil, em meados da década de 50, o então Ministério da Educação e Saúde (MES) se desdobrou em dois: no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação e Cultura, com autonomia institucional para elaboração e implantação de políticas em suas áreas. A partir daí, até o início dos anos 2000, muitas foram as iniciativas e abordagens que pretendiam focalizar o espaço escolar e, em especial, os estudantes, a partir e/ou dentro de uma perspectiva sanitária. Em sua maioria, tais experiências tiveram como centro a transmissão de cuidados de higiene e primeiros socorros, bem como a garantia de assistência médica e/ ou odontológica.



Fonte: Cadernos de Atenção Básica - Saúde na Escola. Ministério da Saúde (BRASIL, 2009)



Nesse contexto, a saúde entrava na escola para produzir uma maneira de conduzir-se, de “levar a vida”, baseada no ordenamento dos corpos a partir da medicalização biológica e/ou psíquica dos fracassos do processo ensino-aprendizagem. No entanto, esta não era nem é a única opção para trabalhar no encontro da educação com a saúde; ao contrário, como reação de educadores e sanitaristas, surgiram outros modos de entender o estreito vínculo entre a produção do conhecimento e um viver saudável, os quais se centram no **conceito ampliado de saúde**, na **integralidade** e na **produção de cidadania e autonomia**.



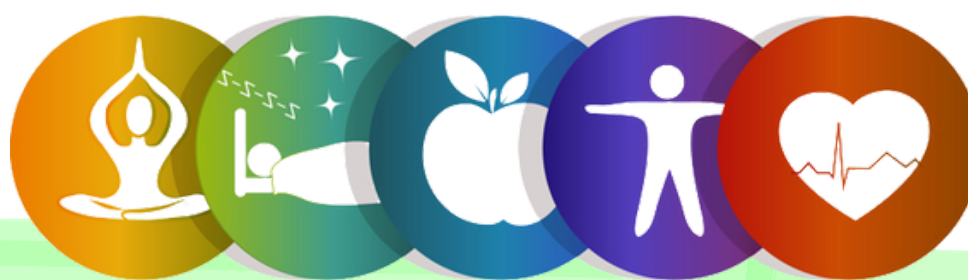
Fonte: <<https://revistaforum.com.br/noticias/sus-pode-perder-35-bilhoes-em-2021-defenda-o-sus/>>. Acesso em: 01/08/2021



Fonte: <<https://andersonprego.com.br/anderson-prego-apresenta-levantamento-de-suas-acoes-em-favor-da-educacao-publica/>>. Acesso em: 01/08/2021

Historicamente, o **conceito de saúde** vem sendo sempre reformulado, discutido, reivindicado e, talvez, ainda nem tenhamos um conceito capaz de defini-la (*será?*). O atual conceito de saúde defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) vai de encontro à concepção biomédica (saúde como mera ausência de doença), sendo entendida como um estado de bem-estar físico, mental e sócio-cultural. Há quem critique também esse conceito, visto que no contexto globalizado de sociedade, alcançar uma vida saudável, se sentindo bem em todos os âmbitos, se tornaria uma tarefa árdua. Em meio às discussões conceituais, a prática mostra que apesar de o modelo biomédico receber duras críticas ao longo dos anos, ele segue hegemônico. Esse modelo desconsidera as características e necessidades sociais que incidem diretamente sobre a perspectiva da **saúde enquanto produção social e coletiva**, defendido pelo movimento da Saúde Coletiva Brasileira. (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998; SILVA; SCHRAIBER; MOTA, 2019)

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) é um reflexo desse movimento de ampliação do modo de conceber a saúde, apontando possíveis ações de **promoção da saúde***. Com sua incorporação ao SUS, determinantes socioeconômicos passaram a ser mais valorizados, o que apontou para a necessidade do compromisso político e fomentar as transformações sociais.



[...] o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

Carta de Ottawa, novembro de 1986



Fonte:

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economica2013/08/26. Acesso em: 01/08/2021



Fonte: umbrasil.com/charges/charge-22-04-2019. Acesso em 01/08/2021

O Programa é implementado com base em cinco componentes:

avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens das escolas públicas

educação continuada e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens

promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde

monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes

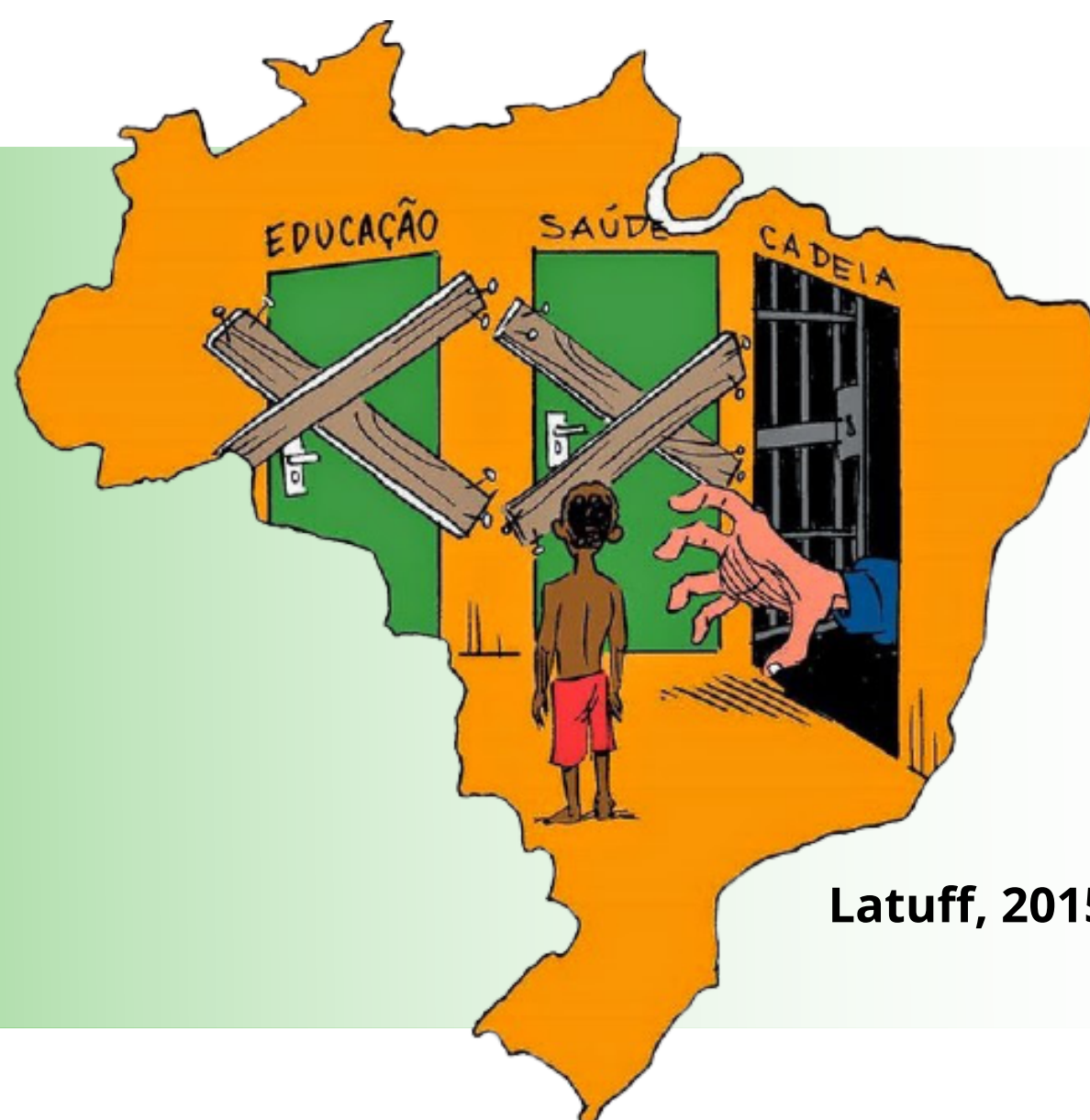
monitoramento e avaliação do programa

O PSE tem contribuído para a melhoria do aspecto assistencial dos estudantes, porém, a participação social, o empoderamento, a utilização de ações multiestratégicas seguem como um importante desafio a ser enfrentado pelo Programa (CAVALCANTI, LUCENA; LUCENA, 2015)

As ações de promoção da saúde podem contribuir para uma formação cidadã, para o desenvolvimento de hábitos saudáveis e para a melhoria dos dados epidemiológicos em todo o Brasil.

É preciso compreender que **o espaço escolar não deve ser utilizado para consultas médicas**, com o objetivo da medicalização ou de diagnóstico clínico-psíquico dos fracassos do processo ensino-aprendizagem, mas apenas para detecção de sinais e sintomas de agravos em saúde, por sua objetividade e ganho de escala em ambiente coletivo.

**UMA
CHARGE
VALE MAIS
QUE 1000
PALAVRAS**



Latuff, 2015

2 Intersectorialidade

No âmbito da saúde, **a intersectorialidade é uma questão central para a promoção da saúde**, já que a complexidade das questões sociais encontradas na escola torna pequena ou nula a possibilidade de apenas um setor conseguir ser efetivo em sua resolução ou atenuação (CARVALHO, 2015).

As ações intersectoriais incluem a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, palestras, atividades coletivas, além da inserção de outros setores, como a segurança social, a justiça, a cultura, e da própria comissão intersectorial.



3 O que é o PSE?

O **Programa Saúde na Escola (PSE)**, política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, como estratégia de integração entre esses setores.



O PSE atua na perspectiva da **Atenção Integral à Saúde** de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos do campo da **Educação Pública**, considerando a educação infantil, o ensino fundamental e médio, além da educação profissional e tecnológica e da educação de jovens e adultos (EJA). É uma estratégia para a **integração e a articulação** permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo principalmente as equipes de **Saúde da Família** e da **Educação Básica**.

Promoção
da Saúde do
Escolar

Qualidade
de Vida da
comunidade
escolar

Gestão
Solidária e
Planejamento
Intersetorial

O planejamento das ações do PSE deverá considerar:



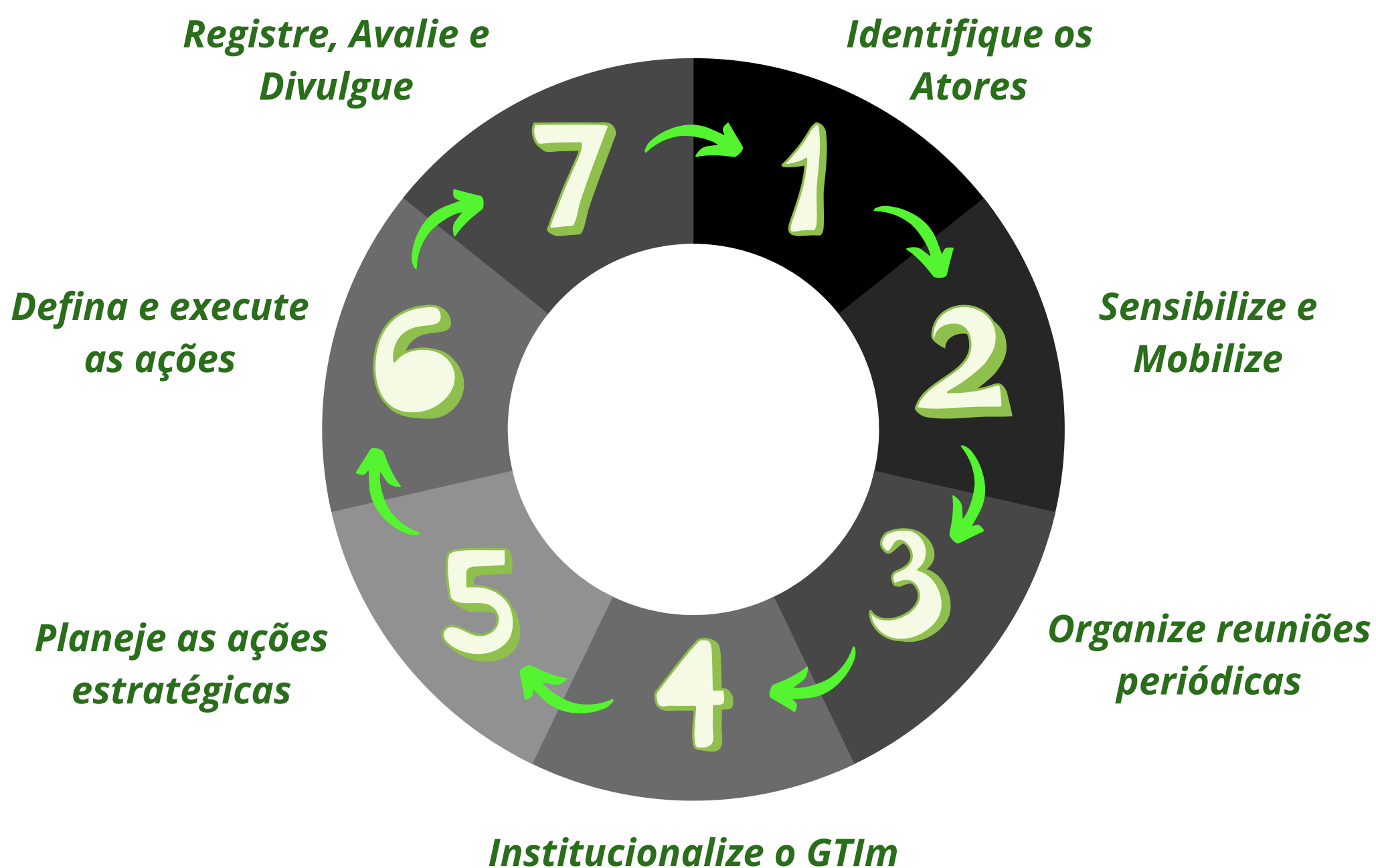
- o contexto escolar e social
- o diagnóstico local em saúde do escolar
- a capacidade operativa em saúde do escolar



A boa comunicação entre os profissionais da saúde e da educação favorecem o desenvolvimento de ações de maior qualidade!

ESPAÇO DE GESTÃO MUNICIPAL DO PSE

Para uma boa execução, recomenda-se a criação do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIm):



Acesse as orientações elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional Estadual do PSE-BA para formação do GTIm no link:



<http://escolas.educacao.ba.gov.br/pse>

Acesse o Caderno do Gestor do PSE clicando aqui!



Webpalestra: Adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) Ciclo 2021/2022

Ciclo 2021/2022 bateu recorde!

Os municípios brasileiros tiveram até o dia 19 de março para aderir ao PSE. Com a pactuação, os municípios recebem mais recursos para financiar as ações nas escolas, e ainda, no momento da adesão, podem participar do **Crescer Saudável** e manifestar interesse na **Estratégia NutriSUS**. Atualmente, na vigência de 2021/2022, **5.422 dos 5.568 municípios brasileiros aderiram ao PSE. Na Bahia, a adesão é de 100%!**

O resultado não poderia ser melhor. Só neste ciclo, foram contempladas **97.389 escolas**, representando **23.426.003 estudantes** beneficiados. Ao todo, o Ministério da Saúde irá repassar **R\$ 89 milhões** para o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde dos estudantes.

4 Linha do Tempo: Marcos Legais

O PSE foi **instituído em 2007**, vem sendo implementado em todos os estados brasileiros através de portarias e decretos, crescendo a cada nova vigência. Entender a evolução do PSE se faz importante para pensarmos na consolidação desse programa. A seguir, acompanhe a linha do tempo dos marcos legais. Caso queira acessar o Decreto ou Portaria, basta clicar no hiperlink. *Fique à vontade para viajar nesses 13 anos de PSE!*



DECRETO Nº 6.286, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007 - Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 204, DE 29 DE JANEIRO DE 2007 - Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/ME Nº 675, DE 4 DE JUNHO DE 2008 - Institui a Comissão Intersetorial de Educação e Saúde na Escola.

PORTARIA MS/GM Nº 1.861, DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 - Estabelece recursos financeiros pela adesão ao PSE para Municípios com equipes de Saúde da Família, priorizados a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que aderirem ao Programa Saúde na Escola - PSE.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/ME Nº 1.399, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008 - Designa os membros para compor a Comissão Intersetorial de Educação e Saúde na Escola - CIESE instituída pela Portaria nº 675, de 4 de junho de 2008.

PORTARIA MS/GM Nº 2.931, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2008 - Altera a Portaria Nº 1.861/GM, de 4 de setembro de 2008, que estabelece recursos financeiros pela adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE e credencia Municípios para o recebimento desses recursos.

PORTARIA MS/GM Nº 3.146, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 - Estabelece recursos financeiros para Municípios com equipes de Saúde da Família, que aderirem ao Programa Saúde na Escola - PSE.

PORTARIA MS/GM Nº 790, DE 12 DE ABRIL DE 2010 - Altera a Portaria nº 3.146/GM, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece recursos financeiros pela adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE).

PORTARIA MS/GM Nº 1.537, DE 15 DE JUNHO DE 2010 - Credencia Municípios para o recebimento de recursos financeiros pela adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE, conforme a Portaria Nº 3.146/GM, de 17 de dezembro de 2009.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/MEC Nº 3.696, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010 - Estabelece critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) para o ano de 2010 e divulga a lista de Municípios aptos para Manifestação de Interesse.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/MEC Nº 1.910, DE 8 DE AGOSTO DE 2011 - Estabelece o Termo de Compromisso Municipal como instrumento para o recebimento de recursos financeiros do Programa Saúde na Escola (PSE).

PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/MEC Nº 1.911, DE 8 DE AGOSTO DE 2011 - Altera a Portaria Interministerial nº 3.696/MEC/MS, de 25 de novembro de 2010, que estabelece critérios para transferência de recursos aos Municípios credenciados ao Programa Saúde na Escola (PSE) e define lista de Municípios aptos a assinarem Termo de Compromisso Municipal.

PORTARIA MS/GM Nº 3.014, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 - Habilita Municípios e o Distrito Federal para o recebimento do repasse de recursos financeiros relativos ao Programa Saúde na Escola (PSE).

PORTARIA MS/GM Nº 524, DE 26 DE MARÇO DE 2012 - Habilita Municípios ao recebimento do repasse de recursos financeiros relativos ao Programa Saúde na Escola (PSE).

PORTARIA Nº 364, DE 8 DE MARÇO DE 2013 - Redefine a Semana de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola), de periodicidade anual, e o respectivo incentivo financeiro.

PORTARIA Nº 1.302, DE 28 DE JUNHO DE 2013 - Altera o prazo para o registro das informações das ações realizadas na Semana de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola) junto aos Sistemas de Avaliação e Monitoramento do PSE.

PORTARIA Nº 1.412, DE 10 DE JULHO DE 2013 - Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.413, DE 10 DE JULHO DE 2013- Redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 15, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013 - Institui o Projeto Consultórios Itinerantes de Odontologia e de Oftalmologia, no âmbito do Programa Saúde na Escola - PSE e Programa Brasil Alfabetizado - PBA, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2.608, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013 - Define Municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola de 2013 e os habilita ao recebimento de 20% (vinte por cento) do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências.

PORTARIA Nº 220, DE 25 DE MARÇO DE 2014 - Define normas para o cadastramento no SCNES das equipes com profissionais não cadastrados em estabelecimentos de Atenção Básica, que desempenham ações pactuadas no Programa Saúde da Escola.

PORTARIA Nº 798, DE 17 DE JUNHO DE 2015 - Redefine a Semana de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola).

PORTARIA Nº 1.067, DE 23 DE JULHO DE 2015 - Define Municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola em 2014 e os habilita ao recebimento de 20% (vinte por cento) do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso .

- ▶ **PORTARIA Nº 1.260, DE 27 DE AGOSTO DE 2015** - Habilita Municípios ao recebimento do repasse de recursos financeiros relativos ao Programa Saúde na Escola 2013.
- ▶ **PORTARIA Nº 1.337, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015** - Habilita Municípios e o Distrito Federal ao recebimento do repasse de recursos financeiros relativos à realização da Semana Anual de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola) no ano de 2014.
- ▶ **PORTARIA Nº 2.744, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016** - Habilita Municípios ao recebimento do repasse de recursos financeiros correspondente aos 80% do alcance de metas relativas as ações do Programa Saúde na Escola 2014/2015.
- ▶ **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.055, DE 25 DE ABRIL DE 2017** - Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola ; PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.
- ▶ **PORTARIA Nº 2.706, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017** - Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018 e os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e repassa recursos financeiros para Municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares.
- ▶ **PORTARIA Nº 3.662, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018** - Habilita Municípios ao recebimento do recurso financeiro para implementação do conjunto de ações do Programa Saúde na Escola no segundo ano do ciclo 2017/2018 e destina recursos financeiros para municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares
- ▶ **PORTARIA Nº 2.264, DE 30 DE AGOSTO DE 2019** - Define Municípios com adesão aos Programas Saúde na Escola (PSE) e Crescer Saudável para o ciclo 2019/2020, os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências.
- ▶ **PORTARIA Nº 2.141, DE 14 DE AGOSTO DE 2020** - Habilita Municípios e Distrito Federal ao recebimento do incentivo financeiro para implementação das ações do Programa Saúde na Escola no segundo ano do ciclo 2019/2020 e destina recursos financeiros para os municípios e Distrito Federal aderidos ao Programa Crescer Saudável que alcançaram as metas do Programa.



PROGRAMA
SAÚDE NA
ESCOLA

5 Objetivos e Diretrizes do PSE

OBJETIVOS

I - promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a **prevenção** de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;

II - **articular** as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;

III - contribuir para a constituição de condições para a formação integral de **educandos**;

IV - contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da **cidadania** e nos direitos humanos;

V - fortalecer o enfrentamento das **vulnerabilidades**, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;

VI - promover a **comunicação** entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de **saúde** dos estudantes; e

VII - fortalecer a participação **comunitária** nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo.

DIRETRIZES

I - **descentralização** e respeito à **autonomia** federativa;

II - integração e articulação das **redes** públicas de ensino e de saúde;

III - **territorialidade**;

IV - interdisciplinaridade e **intersectorialidade**;

V - **integralidade**;

VI - **cuidado** ao longo do tempo;

VII - controle social; e

VIII - monitoramento e **avaliação** permanentes.

Que tal exercitar a atenção?

Procure pelas palavras que estão em destaque nos Objetivos e Diretrizes

E	E	D	U	C	A	N	D	O	S	E	S	E	G	A	R	A	A
A	P	D	C	O	M	U	N	I	T	Á	R	I	A	A	C	C	O
U	S	R	R	P	H	T	E	D	U	C	A	Ç	Ã	O	O	R	A
T	O	A	E	N	C	U	I	D	A	D	O	D	K	M	V	I	C
O	H	N	Ú	V	Q	M	N	H	U	E	T	A	U	E	I	A	T
N	E	R	W	D	E	G	N	V	E	R	U	N	A	W	I	A	R
O	D	E	S	C	E	N	T	R	A	L	I	Z	A	Ç	Ã	O	T
M	E	D	O	O	T	B	Ç	A	P	C	N	E	O	W	E	L	I
I	N	E	K	E	O	L	I	Ã	A	R	T	I	C	U	L	A	R
A	O	S	A	T	H	T	D	Ç	O	L	E	K	D	T	R	E	N
W	A	V	A	E	T	O	Ã	C	I	D	A	D	A	N	I	A	A
T	E	R	R	I	T	O	R	I	A	L	I	D	A	D	E	E	A

6 Eixos Temáticos do PSE

As ações desenvolvidas pelas escolas e unidades de saúde devem ser pensadas a partir nas necessidades observadas no território.

Nem todos os temas são obrigatórios, e devem ser abordados de acordo com a faixa etária dos educandos. Os profissionais podem - e devem - abusar da criatividade para planejar as ações e escolher as metodologias utilizadas. Outros temas também podem ser abordados, levando em conta que cada território tem demandas diferentes. Ao todo, são sugeridas 12 ações, listadas a seguir:



Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*



Atores Estratégicos

Agente Comunitário de Saúde (ACS); Agente de Combate às Endemias (ACE); Sanitarista; Enfermeiro; Profº. Biologia; Profº. Geografia.

Esta ação visa prevenir e controlar a disseminação do mosquito *Aedes aegypti*, que é mosquito transmissor da dengue, da febre amarela urbana, da *chikungunya* e do zika vírus, responsável pela microcefalia

Visa educar os estudantes sobre práticas de prevenção e cuidados cotidianos que contribuem para a prevenção e controle, uma vez que são inúmeros os malefícios provocados pelo mosquito, podendo levar as pessoas contaminadas à morte. Uma dica é construir ações educativas além dos muros das escolas, usando praças as praças, identificando e eliminando possíveis focos de reprodução do mosquito.

Fonte: eliminando possíveis focos de reprodução do mosquito.

 [Acesse aqui Cartilha da Fiocruz](#)

Promoção das Práticas Corporais, da Atividade Física e do Lazer nas Escolas



Atores Estratégicos

Profissional de Ed. Física (NASF); Fisioterapeuta (NASF); Profº. de Ed.Física; Profº Biologia; Profº Artes.

Aqui a missão é incentivar a inserção de práticas corporais no cotidiano dos escolares, apontando os benefícios de um estilo de vida saudável e os riscos do sedentarismo, considerando a obesidade infantil como um grande problema de saúde no mundo.

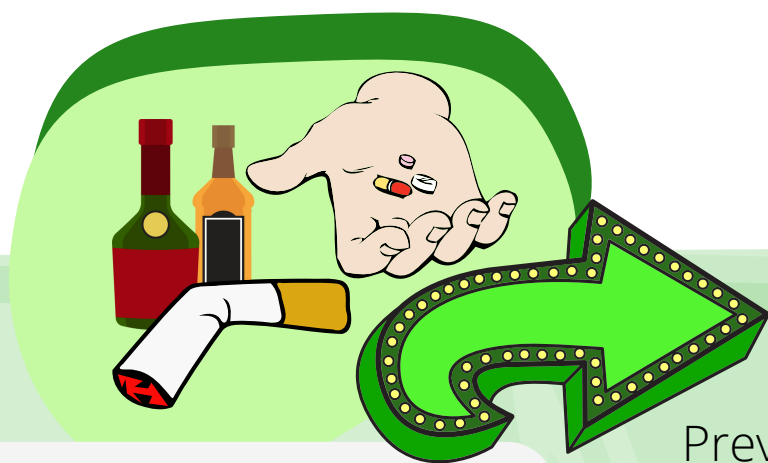
Para além das dinâmicas de práticas corporais, é importante que as ações sejam educativas, informativas, e que alertem para a importância de uma boa percepção corporal e o respeito aos diferentes corpos.

Geralmente essa é uma das ações que os estudantes mais gostam, então uma dica é associá-la a outros temas, como alimentação saudável, esportes, artes, e outros.

Fonte:

[Acesse aqui o Caderno Temático](#)





Prevenção ao uso do Álcool, Tabaco, Crack e outras Drogas



Atores Estratégicos

Psicólogo (NASF);
Assistente Social (NASF);
Médico; Profº Biologia;
Profº Química; Profº
Sociologia.

Prevenir o uso prejudicial de álcool e outras drogas tem total relevância, tendo em vista a complexidade da questão e dos prejuízos atrelados ao abuso de substâncias psicoativas, principalmente na infância e adolescência. Abordar esse tema nas escolas ainda é um tabu e muitas vezes é preterido, mas é possível abordar o tema com públicos das mais diversas idades. Uma boa estratégia preventiva deve conscientizar os educandos, reforçando a autoestima e a autoconfiança, trabalha habilidades de resolução de problemas e necessidades definidas no contexto sociocultural. A proposta é atuar antes que os problemas se instalem e se cronifiquem, e as ações devem ser pautadas nas diretrizes da Redução de Danos.

Fonte:



[Acesse aqui Cartilha do MS com dicas](#)

Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos

Os direitos humanos se constroem nos diversos espaços e momentos do convívio comunitário, incluindo o espaço escolar. A proposta do PSE é de atuar na promoção e educação em saúde comprometidas com a garantia e ampliação de direitos, a prevenção à violações desses direitos e o cuidado e atenção aos estudantes necessidade e a viabilidade de se reduzir os níveis de violência por meio de ações fundamentadas na educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida no território.

Alguns temas importantes: Direitos das Crianças e Adolescentes (ECA); Bullying; Racismo; Deveres Cidadãos e Ética.



Atores Estratégicos



Assistente Social (NASF); Coordenador Pedagógico; Profº Sociologia; Profº História; Profº Geografia.

Fonte:

[Acesse aqui o Caderno Temático](#)



Atores Estratégicos

Assistente Social (NASF); Psicólogo (NASF); ACS; Enfermeiro; Profº Sociologia; Profº Física.

Prevenção das Violências e dos Acidentes

Os acidentes e as violências no Brasil configuram-se como um problema de saúde pública que tem provocado forte impacto na mortalidade da população. Há várias formas de manifestação da violência, como agressão física, abuso sexual, violência psicológica e violência institucional.

Esse tema geralmente é associado ao anterior, e essa pode ser uma boa combinação. Que tal articular com outros setores, como a Polícia Militar, Guarda Municipal, CRAS, Conselho Tutelar...?

Fonte:



[Acesse aqui a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências](#)



Atores Estratégicos

Enfermeiro; Médico;
Sanitarista; ACS; ACE;
Professores.

Identificação de Educandos com possíveis Sinais de Doenças em Eliminação

As doenças em eliminação, também chamadas de negligenciadas, por disporem de ferramentas para a sua prevenção e controle, mas ainda caracterizam-se como problema de saúde pública, principalmente em comunidades com maior vulnerabilidade socioeconômica. Essas ações devem ser realizadas considerando o perfil epidemiológico do território.

As equipes locais de vigilância epidemiológica e ambiental podem auxiliar no diagnóstico situacional de saúde, com a identificação dos espaços geográficos de maior risco, bem como no suporte técnico

Fonte: para o manejo clínico e o controle dessas infecções.

 [Acesse aqui Cartilha do MS com dicas](#)

Promoção e Avaliação da Saúde Bucal e Aplicação tópica de Flúor

Ações de identificação de sinais de alteração é uma das possibilidades. É importante, também, que a avaliação não se resuma ao exame individual, mas que ela proporcione a identificação de sinais e sintomas comuns na escola, como a alimentação, especialmente o consumo de açúcar; o uso do tabaco; as facilidades e dificuldades para ter práticas cotidianas de higiene, dentre outros.

Além disso, as ações de educação em saúde, como a escovação assistida e dinâmicas, e a aplicação tópica de flúor compõem as principais possibilidades de oferta

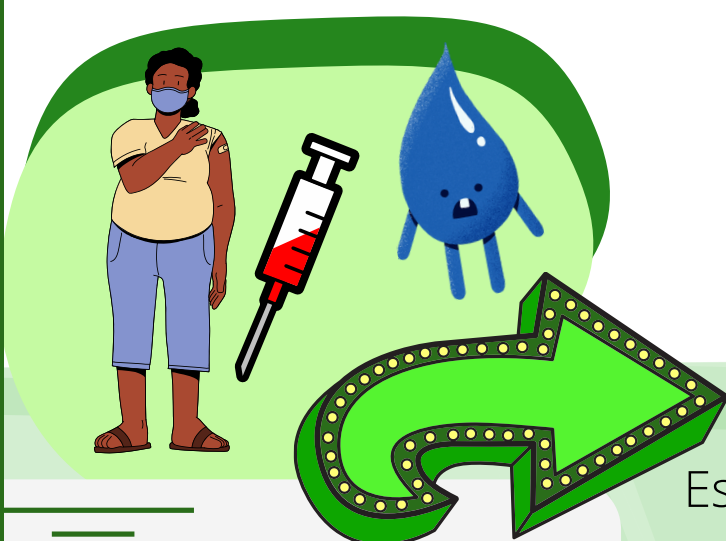


Atores Estratégicos

Dentista; Auxiliar de Saúde Bucal (ASB); ACS; Profº Biologia.

Fonte:

[Acesse aqui o Caderno Temático](#) 



Atores Estratégicos

Técnico de Enfermagem;
Enfermeiro; ACS;
Coordenação Pedagógica; Profº Biologia.

Verificação e Atualização de Situação Vacinal

Essa ação tem importância devido aos benefícios atrelados à realização de esquemas vacinais, tais como: proteger contra algumas doenças que podem causar incapacitação temporária e/ou permanente; conter a disseminação e promover a erradicação de doenças; redução no uso de medicamentos que combatam os microrganismos prevenindo a resistência aos antibióticos; redução nos custos com doença e utilização de medicamentos; diminuição de internações hospitalares e perda de tempo de trabalho e anos de vida.

Fonte: É importante a criação de listas com informações de saúde dos educandos, como número do Cartão do SUS (CNS).

 [Acesse aqui o Caderno Temático](#)



Promoção da Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade Infantil

Atores Estratégicos

Nutricionista (NASF);
Enfermeiro;
Merendeira/Cozinheira.

As estratégias de promoção da alimentação saudável envolve a educação alimentar e nutricional, além das estratégias de regulamentação de alimentos e ao incentivo à criação de ambientes institucionais promotores da saúde, incidindo sobre a oferta de alimentos saudáveis nas escolas.

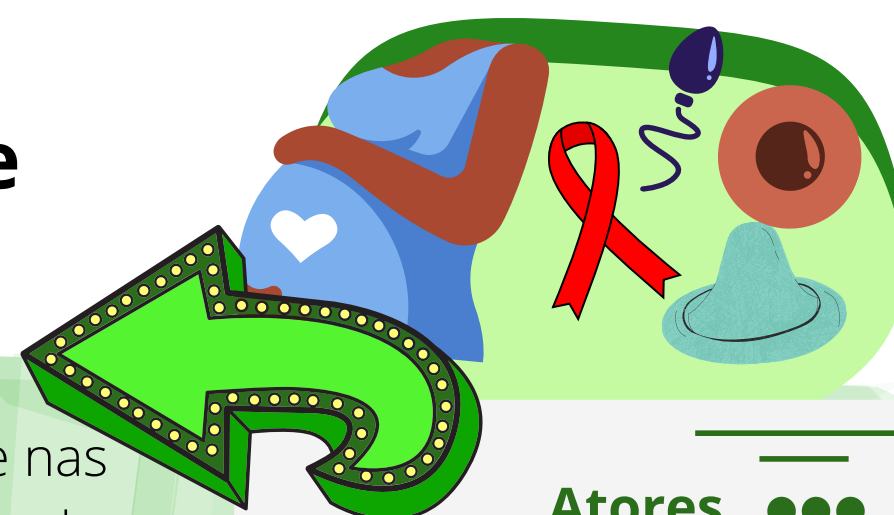
É importante pensar a educação alimentar e nutricional como processo de diálogo entre profissionais de saúde e educação e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado.

Fonte:



[Acesse aqui o Caderno Temático](#)

Direito Sexual e Reprodutivo e Prevenção de ISTs



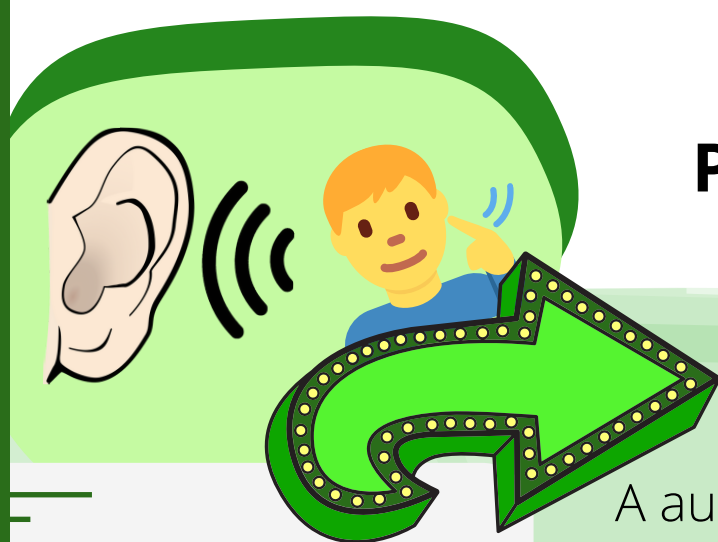
Atores Estratégicos

Enfermeiro;
Psicólogo (NASF);
Assistente Social (NASF); Profº Biologia

Assim como falar sobre drogas, falar sobre sexo e sexualidade nas escolas também é um desafio para os profissionais da saúde e da educação. Porém, esse é um dos temas mais importantes do PSE, pois a gravidez na adolescência e as Infecções Sexualmente Transmissíveis se configuram como problemas de saúde pública em todo o Brasil. Muito se diz que a educação sexual quer "influenciar as crianças a fazerem sexo", mas, ao contrário, é só esse tipo de educação que pode dar autonomia, confiança, segurança à crianças e adolescentes que possam estar em situação de violência. É importante falar sobre métodos contraceptivos e preventivos, sobre direito ao próprio corpo, sobre abuso, e muitos outros assuntos.

Fonte:

[Acesse aqui o Caderno Temático](#)



Atores Estratégicos

Médico;
Enfermeiro; ACS;
Professores.

Promoção da Saúde Auditiva e Identificação de Educandos com Possíveis Sinais de Alteração

A audição é um sentido fundamental para o desenvolvimento da fala e importante nos processos de alfabetização e aprendizagem. Crianças em idade escolar podem apresentar alteração auditiva decorrente de acúmulo de cera, por exemplo, então é possível prevenir. O desenvolvimento da audição e da fala/linguagem deve ser observado pelo profissional de Saúde, pelos pais e pelos educadores.

As reações do educando a sons e ruídos, sua fala/linguagem e compreensão de ordens permitem identificar os casos em que a avaliação específica é recomendada.

Fonte:



[Acesse aqui as orientações gerais](#)



Promoção da Saúde Ocular e Identificação de Educandos com Possíveis Sinais de Alteração

Atores Estratégicos

Médico;
Enfermeiro;
ACS;
Professores.

As ações de promoção e prevenção de agravos à saúde ocular realizadas no espaço escolar precisam fazer parte da rotina das equipes de saúde e educação. Estas ações têm como foco a identificação, o mais precoce possível, de agravos à saúde por meio de um olhar cuidadoso e singular.

O PSE também preconiza a continuidade do cuidado, quando indentificado algum caso de alteração. Para tal, é importante que os profissionais de saúde orientem os professores a identificarem possíveis sinais de alteração.

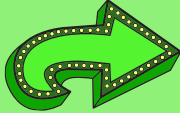
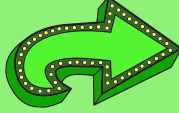


Fonte:



[Acesse aqui o Caderno Temático](#)

SE LIGUE!

A adesão para o 2º ano do PSE será suspensa nos municípios que:

-  Não registrarem ações;
-  Registrarem apenas um tipo de ação;
-  Não registrarem ação de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, mesmo contemplando as demais;
-  Registrarem ação em apenas uma escola, tendo pactuado número superior.

Recomendações do autor:

Após aderir ao PSE, os gestores podem fazer a adesão ao Programa Crescer Saudável e manifestar interesse no Programa NutriSUS;

Definição de reuniões periódicas do GTI Municipal e estabelecimento de cronograma de reuniões entre USF e Escola de cada território, para planejamento, monitoramento e avaliação das ações;

Realização de Educação Permanente e qualificação para profissionais da saúde e educação;

Construção e atualização de relação nominal dos estudantes, por série, com informações de saúde, Data de Nascimento e nº do Cartão Nacional de Saúde (CNS);

Articulação intersetorial com Instituições e Atores importantes em cada tema.

7 Experiências de Municípios Baianos

Mas e na prática, como é que está acontecendo? Aqui você pode ter acesso a algumas experiências que relatam desafios e apontam caminhos para qualificação das ações do PSE. Para ler o artigo original, [clique na referência](#).

A partir de uma pesquisa documental, baseada no Relatório de Avaliação das Ações do Programa Saúde na Escola do ano de 2018, este trabalho discute sobre a análise das ações dos 12 eixos do PSE, em 16 escolas do município. Os autores apontam o empenho e compromisso do Grupo de Trabalho Municipal, que exerceram papel importante na elaboração e desenvolvimento das ações.

Porém, a necessidade de formação continuada dos agentes envolvidos nas atividades, a desarticulação na logística para execução das ações e a indisponibilidade de material didático específico, aparecem como dificuldades que devem ser superadas. [PIMENTEL et al, 2020](#)

Esse relato é de uma residente em Saúde da Família, que descreve as ações do PSE desenvolvidas na Escola Municipal Angiolina Texeira em parceria com a Equipe Multiprofissional da USF Piaçaveira, no Município de Camaçari/BA no período de agosto a outubro 2015. Apesar de haver um bom planejamento através do GTI Municipal, e um êxito no volume de avaliações clínicas, a autora aponta que é necessário refletir o que se tem feito durante a execução do PSE, visto que, na sua concepção, ele abrange muito mais que ações pontuais nas escolas. [SOTERO, 2017](#)

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisadora buscou conhecer a percepção de gestores da Saúde e Educação sobre o PSE enquanto programa articulador (intersectorialidade).

A autora apontou que divergências de interesses entre as secretarias mostraram-se como um entrave para a efetiva implementação do Programa. Esse resultado vai ao encontro do que a literatura aponta como principal desafio para a efetividade do PSE. [ALMEIDA, 2013](#)

Aqui, o autor faz um recorte com dois temas, numa análise qualitativa da alimentação e atividade física de alunos acompanhados pelo programa saúde na escola (PSE) no município de Castro Alves (BA), tendo como amostra os profissionais da saúde e educação, bem como os alunos que participaram do programa de 2014 a 2015 no município. O autor constata que os hábitos alimentares dos estudantes não seguem as recomendações do PSE, e que, mesmo com a realização de práticas corporais de forma regular, é necessário qualificar as ações voltadas à promoção da alimentação saudável e atividade física, para que as mudanças de estilo de vida possam se fazer permanentes. [CARVALHO, 2015](#)

Últimas palavras

Chegamos ao final desse capítulo, construído de forma colaborativa, com vontade e compromisso. Espero que você tenha usado e abusado dos hiperlinks, refletido com as gravuras, e que consiga captar alguma dica possível de ser incorporada na sua realidade, seja quanto profissional, gestor, usuário ou familiar.

Conhecer, reconhecer e fortalecer o PSE são movimentos alinhados à garantia de direitos e à melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Sabemos que em muitos municípios ainda não foi possível romper com a lógica assistencial, centralizada e fragmentada da atenção à saúde nas comunidades escolares; e que muitas vezes programas como o PSE são mantidos incansavelmente pela luta e defesa de profissionais implicados com o bem-estar das comunidades às quais prestam seus serviços.

Por fim, enfatizamos a defesa por educação e saúde implicadas com a transformação social, que não sigam bulas de maneira mecânica, mas que problematizem seus contextos. Como muito bem nos lembra Foucault em "Verdade e Poder", de 1977:

"O problema não é mudar a 'consciência' das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade"

Referências

CAVALCANTI, P; LUCENA, C; LUCENA, P. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321543546014>>. Acesso em: 25/07/2021

CARTA de Ottawa, 1986. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 01/08/2021

BRASIL. **Saúde na escola**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Série B. Textos Básicos de Saúde (Cadernos de Atenção Básica ; n. 24). Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2009.

SOTERO, D. **Programa Saúde na Escola: relato de experiência numa residência multiprofissional**. Fiocruz, 2017. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/36976/2/TCR%20Drielli%20da%20Rocha%20Sotero.pdf>>

ALMEIDA, T. **Programa Saúde na Escola: percepção de gestores de saúde e educação de um Município do Recôncavo Baiano**. RI-FAMAM, 2013.

PIMENTEL, G; et al. Política Nacional de Saúde na Escola: o município de Itapetinga-BA em discussão. **A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4**. Org. Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

CARVALHO, L. **Análise qualitativa da alimentação e atividade física de alunos acompanhados pelo programa Saúde na Escola (PSE) no município de Castro Alves (BA)**. RI-FAMAM, 2015.

SILVA, M; SCHRAIBER, L; MOTA, A. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29(1), 2019.

Sobre os autores

Wellington Ramos Gomes Junior

Bacharel em Psicologia (UNIFAN), especialista em Saúde da Família (FESF-SUS/FIOCRUZ) e estudante bolsista (FAPESB) do curso de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: ramosgomesjr@gmail.com

Neilton da Silva

Doutor em Educação e Contemporaneidade. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bem como do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) e Tutor do Grupo PET UFRB e Recôncavo em Conexão (PET-URC). E-mail: neilton@ufrb.edu.br



POLI-QUEFORP